

AS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA- MA: UM OLHAR A PARTIR DOS MICRODADOS DO CENSO ESCOLAR DE 2019

CAMILA OLIVEIRA NEVES

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí -UFPI/ Professora do curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba - FAP, camilapeixes@hotmail.com

RESUMO

Partindo da compreensão de que as condições materiais influenciam diretamente na qualidade educacional, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a oferta da Educação Infantil na zona rural do município de Chapadinha - MA. O estudo é de cunho quanti-qualitativo e caracteriza-se como sendo de carácter bibliográfico e documental. Os dados que subsidiaram a sua elaboração foram extraídos dos microdados do Censo Escolar, realizado no ano de 2019, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mediante a utilização da versão gratuita do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). De modo geral, espera-se que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas e para os processos de avaliação e direcionamento de políticas públicas voltadas para a oferta de uma Educação do Campo de qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação do Campo. Escola do Campo. Direitos à Educação Infantil no Campo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Infantil é concebida atualmente, como um direito da criança e uma opção da família, cabendo ao Estado, a oferta do atendimento com qualidade à população, seja ela residente na cidade ou no/do campo (BRASIL, 1988, 1990, 1996). No que se refere às populações rurais, os Marcos Legais que regulamentam a Educação Básica no campo, indicam o dever do Estado em oferecer o atendimento às crianças do campo em creches e pré-escolas na própria área rural, respeitando as características e as diversidades socioculturais, econômicas, étnicas e ambientais das comunidades (BRASIL, 2002, 2008).

Não obstante, é válido ressaltar que a oferta da educação para os povos rurais, vem sendo negligenciada ao longo do tempo pelo Estado, tendo se constituído enquanto um apêndice da política educacional. Sendo que, em decorrência desta situação, a partir da década de 1990, os movimentos sociais e sindicais rurais começaram a lutar por melhores condições de vida e trabalho no campo. Dentre as reivindicações do movimento, destaca-se a luta por escolas, principalmente, nas áreas de assentamento.

Os movimentos sociais e sindicais rurais, criticavam o conteúdo, a forma e a qualidade da educação que lhes era ofertada, tendo conseguido levar para dentro do aparelho do Estado, políticas educacionais que traduziam a sua concepção, tanto de campo quanto de educação. Contudo, é válido ressaltar que existem inúmeras contradições entre o que vem a ser garantido na lei e o que de fato se materializa na prática, o que demanda, no entanto, a realização de estudos que possam verificar como vem se dando a oferta educacional nas áreas rurais, e assim, objetivar a contribuir com a luta dos povos rurais, mediante a apresentação de dados e discussões.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho objetivou analisar como se configura a oferta da Educação Infantil na zona rural do município de Chapadinha-MA. A escolha desse tema, justifica-se pela ausência de pesquisas que discutem a qualidade da Educação Infantil no Município supracitado, bem como, pelo interesse das pesquisadoras em contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população rural, subsidiando, teoricamente, as suas lutas e direitos.

Para tanto, foram extraídas informações a partir dos microdados do Censo Escolar, realizado no ano de 2019, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mediante a utilização da

versão gratuita do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A presente pesquisa tem uma abordagem quanti-qualitativa e se caracteriza como sendo de cunho bibliográfico e documental.

A realização deste estudo possibilitou colher informações importantes sobre a oferta da Educação Infantil para crianças residentes no campo. No entanto, considera-se que o referente estudo, aponta para a necessidade de novas pesquisas que venham se debruçar sobre a realidade destas escolas, buscando ouvir os sujeitos que moram no campo e que são beneficiários diretos destas políticas. Em linhas gerais, espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas e para os processos de avaliação e direcionamento de políticas públicas voltadas para a oferta de uma Educação do Campo de qualidade.

Por mais que maioria dos documentos legais favorece a execução e a construção de propostas a qual diz que são mais flexíveis e adaptadas ao contexto e a realidade, tanto no campo quanto na cidade, a estrutura da Educação Infantil está se reinventando e encaminhando-se aos modelos de uma instituição de alguns séculos atrás. É perceptível que os movimentos sociais são mais recentes, na qual levam o Estado a criar espaços institucionais específicos para as políticas da Educação Infantil. A Educação Infantil além de reconhecida como parte da Educação Básica, atendendo especificamente as crianças entre 0 e 6 anos de idade, é reconhecida também por suas especificidades pedagógicas.

Em linhas gerais, compreende-se que a oferta educacional para os povos do campo é perpassada por muitas lutas. Historicamente, os povos do campo não tiveram o direito à educação garantida, sendo marginalizados pelo Estado, perante a sociedade e as leis. Diante das constantes negações, os mesmos, passaram a ir em busca de seus direitos, o que não foi e não está sendo uma tarefa fácil. Ademais, é válido ressaltar que, apesar dos avanços no ordenamento jurídico, as escolas localizadas no meio rural, continuam sendo marginalizadas, principalmente no que concerne às suas condições de infraestruturas.

METODOLOGIA

A pesquisa é um elemento fundamental para o desenvolvimento de qualquer área de estudo, constituindo-se enquanto uma atividade básica da ciência no processo de desvelar do real (LUDORF, 2017), o que significa que o ato de pesquisar está voltado para a construção de um conjunto de

conhecimentos científicos necessários para a compreensão e transformação do cotidiano. Nas palavras de Demo (2000, p. 20), a “[...] pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”.

Esta pesquisa insere-se no processo de construção do conhecimento sobre uma determinada realidade, e foi realizada no município de Chapadinha, no Maranhão. De acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, o referido município, tem uma população de aproximadamente, 79.675 habitantes e está localizado na Microrregião Leste do Estado do Maranhão, dentro do limite da região do Baixo do Parnaíba, na microrregião do Alto Muni Maranhense, ocupando uma área de 3.247.385 Km².

No que concerne à sua realização, destaca-se que a presente pesquisa teve como objetivo geral, analisar a oferta da Educação Infantil na zona rural do município de Chapadinha - MA. Para tanto, realizou-se um processo de extração a partir dos microdados do Censo Escolar, realizado no ano de 2019, pelo INEP, mediante a utilização da versão gratuita do SPSS.

A pesquisa, ora apresentada, tem uma abordagem quanti-qualitativa e pode ser caracterizada como sendo de cunho bibliográfico e documental. Entende-se que esse tipo de abordagem pode contribuir com o processo de análise e compreensão das especificidades da problemática em estudo. Tendo em vista tal afirmação, têm-se que a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” O que garante ao pesquisador um certo aprofundamento teórico acerca do fenômeno estudado. Marconi e Lakatos (2016, p. 57) complementam que essa pesquisa tem por finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com, contudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, para serem publicados”. Portanto, ela permite que o pesquisador tenha em mãos uma diversidade de autores que abordaram uma mesma temática em ambientes diversos, e assim chegar à suas conclusões.

No que concerne às pesquisas de tipo documental, Fonseca (2002, p. 32) aponta que estas seguem o formato da pesquisa bibliográfica, entretanto “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, [...], etc.” Os dois tipos de pesquisa supracitados, têm

o documento como sendo objeto de investigação, o que possibilita que o pesquisador tenha múltiplos olhares acerca do seu objeto de estudo.

Desta forma, para a coleta dos dados quantitativos foi realizado um levantamento acerca das escolas do município de Chapadinha - MA, tendo como base os indicadores educacionais, os microdados do Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizados pelo INEP.

Após o levantamento dos dados, utilizou-se o Microsoft Excel para elaboração dos gráficos correspondentes aos elementos essenciais para que a escola ofereça uma educação de qualidade, sendo essas: quantidade de alunos matriculados no ano de análise (2019), infraestrutura, saneamento básico, fornecimento de equipamentos e acesso à internet.

A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

As condições para a oferta de uma Educação Infantil de qualidade nos assentamentos rurais têm enfrentados dilemas e tensões em relação a sua efetivação. A educação ofertada à população do campo constitui-se de avanços e retrocessos ao decorrer dos anos, desse modo, evidencia-se o quanto ainda se desconhece as crianças e famílias moradores das áreas rurais e o quanto o acesso ao direito à Educação Infantil é algo distante para boa parte desses sujeitos. Arroyo (2012, p. 23) destaca que “[...] a escola é carente de didáticas apropriadas aos povos do campo. Para alcançar uma proposta didática, um processo de ensino e aprendizagem coerente com as especificidades do campo, é necessário para superar a concepção preconceituosa.”

O município de Chapadinha, conforme os microdados do Censo Escolar de 2019, conta com um total de 33.709 matrículas, referentes às 3 etapas da educação básica. Sendo que destas, um percentual de 75,9% está concentrado na zona urbana. Enquanto, apenas 24,1% correspondem às matrículas na zona rural. No que concerne ao local de residência dos alunos, têm-se 28,6% residem na zona rural. O que indica que, apenas, um percentual de 3,1% precisa se deslocar para ter acesso à educação.

O fato de a maior parte dos alunos, residentes na zona rural, acessarem a educação em suas localidades, é algo positivo. No entanto, é necessário olharmos para a qualidade da educação que está sendo ofertada para eles. É válido ressaltar que, a qualidade no âmbito deste trabalho está sendo abordada sob a ótica das condições de oferta, sendo considerada uma escola de qualidade, “[...] aquela que disponibiliza para os alunos uma escola

adequada para a realização do trabalho pedagógico e conseqüentemente da aprendizagem.” (PEREIRA, 2010, p. 105).

No ano de 2019, Chapadinho contava com um total de 148 escolas, sendo que 44 estavam localizadas na zona urbana e 104 na zona rural. Do total de escolas, 134, ou seja, 90,5% eram municipais. A quantidade de escolas localizadas tanto na zona urbana quanto na rural e a quantidade de matrículas parecem não ser proporcionais, o que merece uma atenção maior em estudos futuros.

Das 148 escolas, 129 não estavam localizadas em uma área diferenciada, 11 estavam situadas em áreas de assentamento e 07 em áreas onde se localizava uma comunidade remanescente de quilombo. No que se refere a oferta da Educação Infantil, têm-se que, nos anos de 2019, 78 escolas, localizadas na zona rural, ofertavam tanto creche quanto pré-escola.

Do total de escolas, foram analisadas as condições de oferta daquelas que estão localizadas em áreas de assentamento. Neste sentido, para uma melhor visualização da quantidade de alunos que eram atendidos por essas, apresenta-se a Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de alunos matriculados na Educação Infantil, em Áreas de Assentamento, por escola (2019)

	Escolas	Quant. de alunos matriculados
1	U.E. Alcebíades Rodrigues de Sousa	06
2	U. E. Argemiro Cipriano de Sousa	07
3	U. E Ademar Leite Fernandes	14
4	U. E Humberto de Campos	09
5	U. E Joana Lira Pereira	14
6	U. E João de Castro Barbosa	10
7	U. E José Sousa dos Santos	17
8	U. E Papa João Paulo I	07
9	U. E Raimundo Antão Filho	07
10	U. E Raimundo Teixeira Lisboa	26
11	U. E Nossa Senhora das Dores	25
	Total	142

Fonte: CHAPADINHA (2020).

De acordo com as informações disponibilizadas pela Secretária de Educação do Município de Chapadinho, as escolas localizadas em áreas de assentamento funcionavam em regime multisseriado. Sendo que, a turma

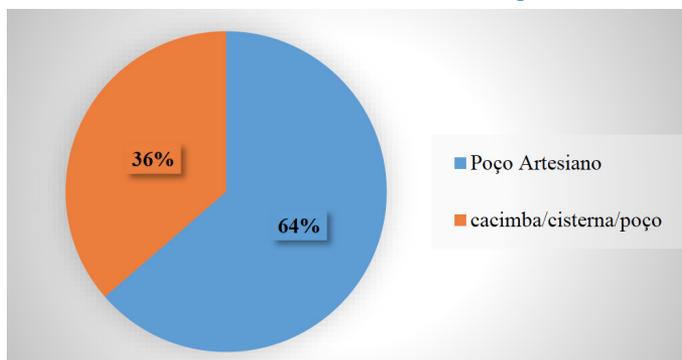
de Ensino Fundamental, funcionava em uma sala separada da turma de Educação Infantil que, por sua vez, unificava o atendimento das crianças matriculadas tanto na creche quanto na pré-escola.

A oferta da educação em turmas multisseriadas é uma realidade que vem acompanhando, historicamente, a realidade educacional da zona rural. No campo educacional não existe um consenso sobre o assunto. No entanto, estudos apontam que o regime supracitado pode ter implicações na qualidade da educação, visto que nas escolas multisseriadas “[...] a questão da estrutura física se agrava ainda mais [...]” (PEREIRA, 2010, p. 105). Ademais, é preciso reconhecer que trabalhar com turmas multisseriadas pode se constituir um desafio diário para os docentes.

Importa considerar, que a oferta em regime de multisseriação pode ser entendida enquanto uma estratégia do Estado para garantir o acesso desta população à educação. Não obstante, compreende-se que a garantia do acesso precisa estar alinhada às condições de permanência dos alunos na escola. Neste sentido, considera-se que ofertar uma educação precarizada, é continuar negando para a população do campo o direito à educação.

Todas as escolas que estão localizadas em áreas de assentamento funcionam em prédio escolar próprio da SEMED. Do total de escolas, todas afirmaram, no censo, possuírem água potável para o consumo dos alunos e funcionários, no entanto, o abastecimento dessas não é feito pela rede pública. Para uma melhor visualização da forma de abastecimento de água das escolas, apresenta-se o Gráfico 01.

Gráfico 01 – Abastecimento de água

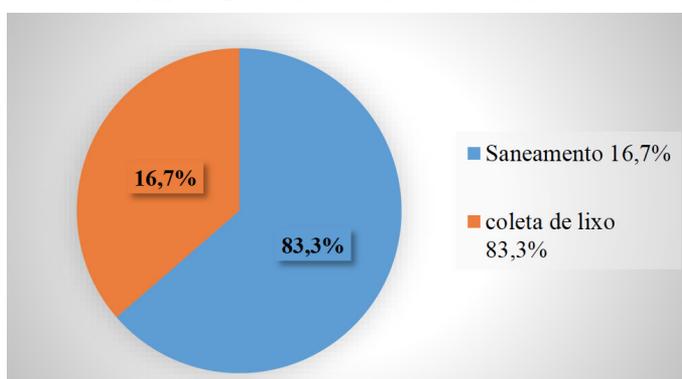


Fonte: BRASIL (2020), adaptado pela autora.

De acordo com o Gráfico 1, têm-se que 64% das escolas têm o seu abastecimento de água garantido por poços artesianos, e outros 36% por cacimba, cisterna ou poço. Ao contrário do abastecimento de água, todas as escolas têm sua energia elétrica fornecida pela rede pública.

No que concerne à questão do esgoto sanitário, apenas, 16,7 % das escolas não possuem uma fossa, seja ela séptica ou comum. Assim como no caso do abastecimento de água, destaca-se que a coleta de lixo não é realizada pelo poder público, inexistindo em 83,3% das escolas, qualquer forma de tratamento do mesmo (Gráfico 2).

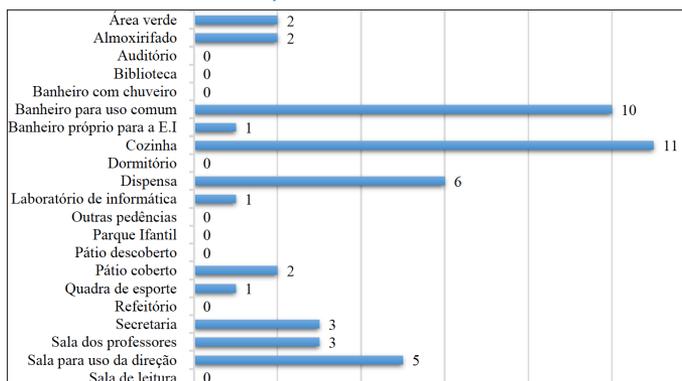
Gráfico 02 – Rede de saneamento básico



Fonte: BRASIL (2020), adaptado pelas autoras.

No que concerne às dependências físicas das escolas analisadas, apresenta-se o Gráfico 03.

Gráfico 03 – Dependência físicas das escolas



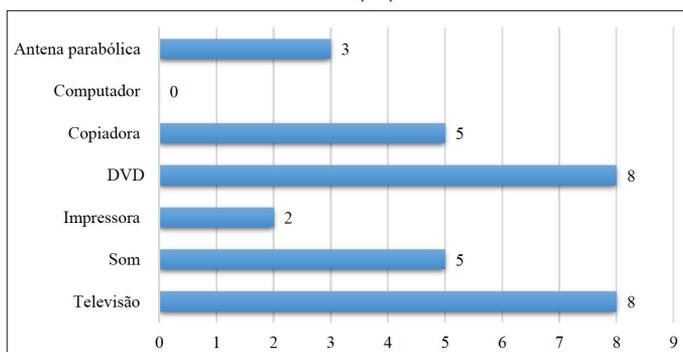
Fonte: BRASIL (2020), adaptado pela autora. Nota: Educação Infantil (E.I).

Conforme as informações do Gráfico 03, observa-se que nenhuma das escolas possui auditório, banheiro com chuveiro, biblioteca, dormitório, parque infantil, pátio descoberto, refeitório e sala de leitura. Além do mais, têm-se que mais da metade das escolas não possui: almoxarifado, área verde, banheiro próprio para a Educação Infantil, laboratório de informática, quadra de esportes, sala dos professores, sala para uso da direção e secretaria. Ainda de acordo com as informações dispostas no Gráfico 03, é válido ressaltar que, apesar, de todas as escolas possuírem cozinha, apenas 06 contavam com dispensa.

Os dados dispostos acima sugerem que as escolas analisadas apresentam problemas quanto a garantia de uma infraestrutura básica¹, o que dificulta o “[...] desenvolvimento de atividades cotidianas, complementares e diversificadas no processo ensino-aprendizagem.” (PEREIRA, 2010, p. 115). No que concerne à oferta da Educação Infantil, chama-se a atenção para a ausência de um banheiro próprio, chuveiro, dormitório e parque infantil, espaços considerados importantes para garantir a qualidade da educação que é ofertada para os pequenos.

No tocante aos equipamentos disponíveis nas escolas analisadas, aponta-se que nenhuma das escolas possui computador, seja para uso administrativo, seja para uso dos alunos. Os equipamentos mais comuns na escola são: o aparelho de televisão e o DVD. Vale ressaltar que oito escolas possuem tais equipamentos (Gráfico 04).

Gráfico 04 - Equipamentos



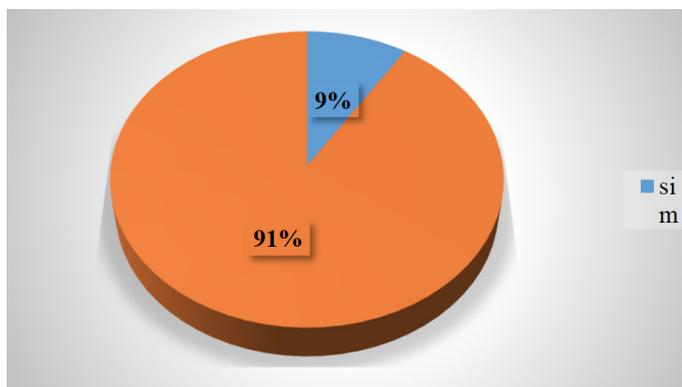
Fonte: BRASIL (2020), adaptado pela autora.

1 Ressaltando que aqui se entende por infraestrutura básica o abastecimento de energia elétrica, de água e esgoto sanitário, bem como a existência de sanitário; diretoria; secretaria; sala de professores; biblioteca; laboratórios; quadra de esporte; pátio; cozinha; depósito de alimentos; refeitório entre outros” (PEREIRA, 2010, p. 115).

Como pode ser visualizado no Gráfico 04, embora as escolas não contem computadores para fins administrativos, duas delas possuem impressora e outras cinco, uma copiadora. E três escolas possuem antena parabólica e cinco possuem aparelho de som.

Importa salientar que, apenas uma das escolas analisadas possui acesso à internet, conforme o Gráfico 05. Para as demais escolas que não possuem, pode ser considerado um complicador, não só para o desenvolvimento das atividades docentes, mas para as atividades de caráter administrativo. Atualmente, o acesso à internet é uma condição indispensável para garantir o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Gráfico 05 – Acesso à Internet



Fonte: BRASIL (2020), adaptado pela autora.

Tendo em vista as informações dispostas até aqui, observa-se que as escolas analisadas necessitam de condições consideradas basilares para a garantia de um ensino com qualidade. Negar as condições que garantam a qualidade do processo educacional, é negar a própria educação em si. A LDB prevê que os sistemas de ensino devem se adequar às peculiaridades da vida rural, assegurando conteúdos e metodologias adaptadas ao interesse da população do campo. Não obstante, retoma-se que tal garantia, pressupõe condições infraestruturais. Neste sentido, concorda-se com Pinto (2011, p. 211), ao afirmar que “[...] a garantia de infraestrutura [sic] e equipamentos adequados e de condições de trabalho satisfatórios, são componentes imprescindíveis para a efetividade dos processos de ensino-aprendizagem.”

Neste sentido, retoma-se que apesar dos avanços garantidos no texto da lei, a Educação Infantil do campo ainda enfrenta inúmeros obstáculos, sejam eles políticos, administrativos, pedagógicos ou socioeconômicos.

Neste sentido, Barbosa, Gehlen e Fernandes (2012), problematizam que a falta de investimento do Estado nas escolas rurais pode ser exemplificada a partir das condições nas quais se encontram as estruturas e os equipamentos das instituições que ofertam a educação na zona rural. E que a educação para os povos rurais vem ocupando um lugar marginal no âmbito das políticas educacionais.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2009, p. 102):

[...] a escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica.

A oferta da Educação do Campo no município de Chapadinha - MA, normalmente acontece em turmas multisseriadas. Essa é uma realidade vivenciada em muitas localidades do país, principalmente nas áreas do campo. De acordo com o pensamento de Ferri (1994, p. 67) ressalta que:

Em meio a uma pesquisa em escolas rurais, destacou que nas classes multisseriadas, o professor sofre algumas limitações, afirmando que a própria escola é um ambiente isolado devido à distância e a própria locomoção dos alunos e, por isso, há dificuldade de atendimento individual por aluno, além das dificuldades de acesso ao material didático e às bibliotecas; Ferri leva em conta ainda que atender quatro séries ao mesmo tempo é muito trabalhoso; ressaltando também que as crianças de 1ª série, no processo de alfabetização, são muito prejudicadas, pois não têm a atenção de que necessitam; e outra limitação está voltada para o planejamento, elaborar diariamente quatro planos de aula, cada plano para sua respectiva série.

Trabalhar com essas turmas de Educação do campo é um desafio diário e exigem dos profissionais, práticas metodológicas de ensino eficazes. Quanto à formação docente na Educação do Campo, é algo preocupante, visto que a minoria possui nível superior (CHAPADINHA, 2020). E isso revela, mais uma vez, a condição de carência e precariedades para a oferta da educação básica na zona rural.

Essas classes são construídas por falta da oferta de creche e pré-escolas, principalmente na zona rural, e para não deixar de ofertar a educação básica, que é direito de todos, a Secretaria de Educação oferta à essa modalidade de

ensino, turma multisseriada, que envolvem alunos da Educação Infantil juntamente com alunos de Ensino Fundamental na mesma turma de diferentes anos. Justifica-se essa modalidade de ensino pela falta da oferta à educação básica nas suas localidades.

As condições de qualidade de ensino da Educação no Campo tem sido um grande desafio, fazendo com que as populações se desloquem para estudar na cidade. Segundo a autora Caldart (2002, p. 26), o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; ele “[...] tem direito a uma Educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.”

Visto que a Constituição Federal prevê esse direito, porém, acontece que em muitas localidades do país, ocorre esse não oferecimento da Educação no Campo por localização dos educandos. Relacionado a isso, o Art. 3º da Resolução nº 2/2008 do CNE/CEB, expõe que os Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverão ser “[...] oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação das escolas e de deslocamentos das crianças.” (BRASIL, 2008).

A Educação no Campo está marcada por diversas dificuldades que não correspondem pelas leis que as propõem e garantindo a Educação no Campo de qualidade. Embora a oferta da Educação no Campo esteja avançada, principalmente com os Marcos Legais, há muitos aspectos a serem enfrentados para garantir o direito à qualidade de educação, e além da infraestrutura das escolas, frisa-se também, o transporte escolar.

Em referência ao transporte escolar, tem sido uns dos grandes desafios encontrados pelas comunidades das zonas rurais. Para os alunos chegarem às escolas, eles enfrentam a distância entre escola e residência, bem como também, as péssimas condições das estradas que as interligam.

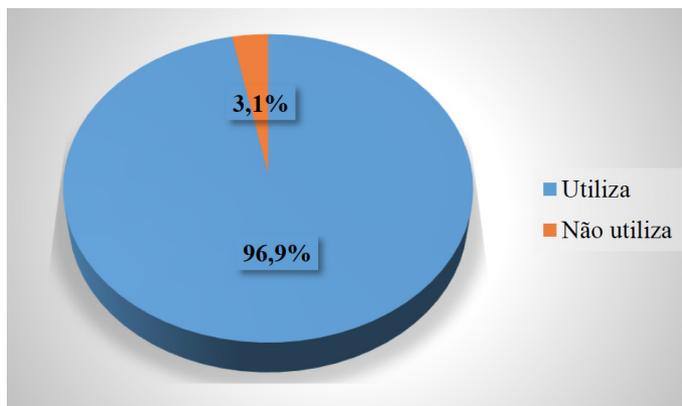
Segundo a Constituição de Federal (BRASIL, 1988), é assegurado aos alunos da escola pública, o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. E sendo obrigatório e previsto na Lei nº 9.394/96, a garantia o acesso de todos à escola. E ainda contam com o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), intitulado pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que tem como objetivo garantir o acesso e a permanência nas escolas dos alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural. Portanto, é de fundamental importância garantir a oferta de transporte escolar para os alunos da Educação no Campo.

Percebe-se, que o não oferecimento do transporte escolar, ainda é uns dos desafios encontrados pelos educandos que residem na zona rural

para chegar às escolas. E isso contribui para que o alto índice de abandono, repetência e evasão escolar cresça no município. Visto que, esses alunos dependem do transporte escolar para garantir a sua permanência nas escolas.

De acordo com o levantamento esquematizado pelo Censo Escolar, do total de alunos matrículas no município, 33.709, 96,9% utilizam o transporte escolar e somente 3,1% não utilizam, conforme o Gráfico 06.

Gráfico 06 – Transporte escolar



Fonte: BRASIL (2020), adaptado pela autora.

Segundo a concepção de Bissoli (2010, p. 4), a evasão escolar, ainda “[...] é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente, nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinado.” Assim, a falta de transporte escolar, torna-se também, um dos agravantes para que a evasão escolar ainda seja um problema crônico em todo país, e muitas das vezes é tolerado pela comunidade na qual o aluno está inserido (MORAES, 2010), como no caso as condições de infraestrutura, e não aplicações das políticas para que o aluno tenha acesso à escola.

De acordo com o exposto, torna-se necessário que as implementações das políticas públicas do sistema educativo estejam voltadas mais à Educação no Campo, pois geralmente as escolas do campo estão submetidas a um currículo voltado à Educação Urbana, e esse, geralmente, é um currículo pedagógico que está em divergência às peculiaridades da vida no campo. De acordo com a LDB, o sistema de ensino deve ser adequado às peculiaridades da vida rural, assegurando conteúdos e metodologias adaptados ao interesse da população do campo (BRASIL, 1996).

A partir da compreensão de que a escola faz parte de um contexto social dinâmico e complexo, que é movida também por políticas sociais, acredita-se que a gestão escolar é um dos elementos responsáveis pela qualidade do ensino e formação dos educandos, ela é indispensável para a mobilização de recursos, estratégias e políticas para articular a oferta da educação básica nas escolas.

Dessa forma, tomando como base os dados que foram apresentados neste capítulo, apontam-se que, a oferta da Educação Infantil nas áreas de assentamento do Município de Chapadinha, traduz a negligência histórica do Estado para com os povos rurais. Sendo ofertada para essa população, uma educação precária, em termos, principalmente, de infraestruturas. O que pressupõe a necessidade de um maior investimento na educação que é ofertada nessa região.

Portanto, a oferta da Educação Infantil na zona rural é preocupante, pois o sistema de ensino não corresponde às Leis de Diretrizes de Base que assegura a oferta de educação de qualidade no campo. Apesar de essa modalidade de ensino ser um direito da criança e da família, evidencia-se que tal direito não é totalmente garantido para as populações rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que as condições de infraestrutura das escolas analisadas, bem como os equipamentos disponíveis nas mesmas, podem trazer sérias implicações para a garantia de uma educação de qualidade. Ademais, o fato de as salas de aula funcionarem em regime de multisseriação, podem trazer outras implicações para o desenvolvimento do trabalho docente, o que demanda o desenvolvimento de outros estudos para investigar como ocorre o trabalho desses professores no espaço rural.

No decorrer desta pesquisa, foram evidenciados aspectos que caracterizam a Educação do Campo, dentre os quais, destaca-se o compromisso com a elaboração e execução de uma proposta pedagógica alinhada como os modos de ser e trabalhar dos povos rurais. Não obstante, mediante as discussões que se desdobraram até aqui, ressalta-se que a efetivação da proposta pedagógica, os recursos didáticos, uma infraestrutura adequada e políticas públicas direcionadas para essa área da educação, têm relações diretas com a qualidade da educação que é ofertada para as crianças do meio rural, bem como com as condições de trabalho dos docentes.

Em linhas gerais, compreende-se que o fortalecimento das escolas rurais é fundamental para o fortalecimento das comunidades nas quais estão localizadas, o que implica pensar na criança como um sujeito do campo que precisa de atendimento qualificado para desenvolver-se integralmente. A partir disso, faz-se necessário que o poder público pense em políticas públicas que contemplem a diversidade do campo e que possam garantir melhores condições de vida para estas populações, o que perpassa um maior investimento no campo educacional.

A partir da análise dos microdados do Censo Escolar do ano (2019), disponibilizado pelo INEP e pela SEMED, foi possível constatar inúmeras fragilidades no que se refere ao ensino ofertado nas escolas do campo, dentre elas destaca-se: a infraestrutura inadequada, a escassez de equipamentos eletrônicos e recursos didáticos, ausência de metodologias de ensino voltadas à realidade das crianças do campo, falta de transportes escolar, entre outros fatores que implicam diretamente na qualidade do ensino ofertado. Além disso, é importante destacar que há uma grande escassez no que diz respeito às políticas públicas para com a educação do campo e a pouca visibilidade dada as crianças que residem nesse ambiente.

Diante do exposto até aqui, considera-se que foi possível alcançar o referido objetivo do presente estudo. Torna-se necessário contudo, refletir a respeito da valorização da criança enquanto sujeito do campo, buscando alternativas que viabilizem esse atendimento, e espera-se que por meio dessas pesquisas e discussões, seja iniciada uma reflexão transformadora em ações para a mudança em relação aos investimentos direcionados à educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; SILVA Maurício Roberto da. (orgs). **Corpo Infância**: exercícios tenso de ser criança; por outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 23- 54.

BARBOSA, M. C. S.; GEHLEN, I.; FERNANDES, S. B. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.v. 1.

BISSOLI, S.C. **Evasão Escolar**: o caso do Colégio Estadual Antonio Francisco Lisboa, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/evasao_escolar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2Unu0sr>. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1/2002, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <<HTTP://PRONACAMPO>

.MEC.GOV.BR/IMAGES/PDF/MN_RESOLUCAO_%201_DE_3_DE_ABRIL_DE_2002.PDF.>Acesso em: 10 maio 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Complementar CNE/CEB nº 2/2008, de 28 abril de 2008**. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: encurtador.com.br/jGKN6. Acesso em: 10 maio 2020.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em Construção. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas- Caderno 4**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

_____.; ARROYO, Miguel Gonzáles MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHAPADINHA. Secretaria Municipal de Educação. **Dados das Escola na zona rural**. Chapadinha, 2020.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas**: que espaço escolar é esse? Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76081>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila). Disponível em: <https://bit.ly/2lzkfS>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDORF, S. M. A. **Metodologia da Pesquisa**: do projeto ao trabalho de conclusão de curso. Curitiba: Appris, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAES, R.E. Evasão escolar. **Diário da Educação**. [S. l.]. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/748-4.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

PEREIRA, A. C. S. Condições de funcionamento de escolas do campo: em busca de indicadores de custo-aluno-qualidade. *In*: ROCHA, A. I. M.; HAGE, M. S. (orgs.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada, [S. l. : s. n.], 2010. p. 95-132.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 22, n. 2, mar. 2011. DOI10.21573/vol22n22006.18877. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/18877>. Acesso em: 10 maio 2020.